



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ASSIS MELO**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO OU ANÁLOGO AO DE
ES CRAVO, EM ATIVIDADES RURAIS E URBANAS, DE TODO O
TERRITÓRIO NACIONAL.**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2012.
(Do Sr. ASSIS MELO)**

Convoco a senhora: Marlene Fernández del Granado, Vice-Presidente de Assuntos Governamentais da Arcos Dorados, que opera a marca McDonald's no Brasil, para prestar esclarecimentos em Audiência Pública, nesta Comissão, sobre a jornada exaustiva de trabalho e a política de salários adotada pela rede McDonald's, que segundo denúncias pode caracterizar trabalho análogo à escravidão.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58 da CF e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a vossa Excelência que seja convocada a comparecerem em Audiência Pública, a Senhora Marlene Fernández del Granado, Vice-Presidente de Assuntos Governamentais da Arcos Dorados, que opera a marca McDonald's no Brasil, para prestar esclarecimentos em Audiência Pública, nesta Comissão, sobre a jornada exaustiva de trabalho e a política de salários adotada pela rede McDonald's, que segundo denúncias pode caracterizar trabalho análogo a escravidão.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa visa apurar as denúncias realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Restaurantes do Estado de São Paulo– Sinthoresp, sobre a chamada “jornada móvel e variável” de trabalho, praticada no McDonald’s. Nesse tipo de jornada, a empresa exige a presença do funcionário durante todo o expediente, mas remunera apenas horas efetivamente trabalhadas. A jornada seria de 44 horas semanais, mas, nos momentos em que a demanda é menor, os funcionários são encaminhados para uma sala de espera, e o tempo que passam ali não é contado como horário de trabalho.

Segundo a ex-funcionária do McDonald’s Glayce Bragança, por causa dessa jornada, por diversas vezes a sua remuneração era menor que o salário mínimo. “Setenta reais eu recebi por três meses. O máximo que eu recebi foi R\$ 500”, declarou. “Isso é uma humilhação, porque a gente vai lá para trabalhar, trabalha muito e ganha menos que o salário mínimo.”

A declaração de Glayce ocorreu na audiência pública promovida no dia 12 de junho, do corrente ano, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP. No entanto, o McDonald’s não enviou nenhum representante.

Pelos motivos expostos, solicito aos nobres pares, o apoio ao presente requerimento, que visa esclarecer as supostas denúncias de trabalho análogo à escravidão.

Sala da Comissão, de junho de 2012.

Deputado ASSIS MELO

PC do B/RS